



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de lançamento do
livro "Transporte Humano-Cidades com
Qualidade de Vida"*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE MAIO DE 1997

Senhor Ministro Eliseu Padilha; Senhores Ministros de Estado; Senhores Prefeitos; Senhor Nazareno Afonso, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Transporte; Senhores Secretários de Transportes; Senhor Rogério Beldal, que é o Presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos; Senhoras e Senhores,

Ao receber e agradecer o livro – e, sobretudo, a advertência que me foi feita; vou pular o índice – fico realmente contente de ver que existe hoje uma compreensão crescente na questão dos transportes públicos, quanto, primeiro, à importância do transporte coletivo; segundo, que a questão do transporte não pode ser discutida deslocada do conjunto das questões que têm a ver com o meio-ambiente. Terceiro, que a cidade é o local, não apenas porque 75% da população brasileira aí vivem, senão porque, crescentemente, a cidade assume responsabilidades nas questões de transportes. Tem a ver com o fato – e aqui há prefeitos – de que nós estamos assistindo, no mundo moderno, a alguma coisa que merece uma reflexão.

Como sabem os que gostam de História – e eu, quando tinha tempo, gostava – de alguma maneira, antes era a cidade/Estado que detinha o

poder político e, ao mesmo tempo, tinha comunicação direta com os cidadãos. No nosso mundo atual, ou no mundo que virá – como já foi aqui mencionado também pelo secretário Nazareno Afonso –, no próximo século, a cidade vai recuperar essa que é a função – sem as mesmas características do que foi no passado, obviamente – de ser ela diretamente a interlocutora, no nível político, das questões que afetam a cidadania. A cidadania e a cidade têm a mesma origem etimológica.

Então, por todas essas razões, este encontro, nesta manhã, e essa possibilidade de eu receber soluções para esses problemas me mostram que estamos no caminho correto. Esse caminho correto, como aqui foi dito, implica convergências. Não é possível resolver qualquer dos problemas do mundo contemporâneo sem que haja convergência dos níveis municipal, estadual e federal. Isso é claro, é óbvio, mas convém ser reiterado.

Assim como a cidade ganha preeminência na condução das questões públicas, também é preciso entender que nós, hoje, não podemos manter os vícios do passado, em que as administrações se combatiam, fosse porque, normalmente, cada um desses níveis de uma democracia convive em partidos diferentes – pode haver coincidência, mas, normalmente, não se deve prever essa coincidência, e isso não pode servir de desculpa para não haver entrosamento –, fosse porque, crescentemente, a cidadania cobra das burocracias, quando as burocracias se transformam em um escudo para proteger privilégios próprios ou de grupos privados.

Portanto, as burocracias dos vários níveis também têm que se entender, mostrando que o que deve prevalecer é o espírito público, e não o espírito de que a pequena ação pública quer a defesa de pequenos privilégios, quem decide isso, quem decide aquilo. Nós temos que criar fóruns, temos que criar meios de participação. Daí o orçamento participativo ter essa importância tão grande. Nós temos que criar, realmente, estamos criando, modificações muito grandes nessa matéria. Isso que ocorre na questão dos transportes está ocorrendo em todos os níveis da administração,

Inúmeras vezes eu repeti aqui, em solenidades neste mesmo Palácio, o que está ocorrendo com a saúde na questão do SUS, em que estamos, realmente, ampliando a, digamos, distribuição de poder e de responsa-

bilidades e também de financiamentos nos vários níveis de governo. Isso está ocorrendo na educação, onde inclusive ações mais diretas no nível das escolas, saltando as hierarquias da estrutura do estado, estão dinamizando o processo. Enfim, está ocorrendo isso. E precisará ocorrer na reforma agrária, se se quiser efetivamente fazê-la. Não pode ser matéria exclusivamente do Governo Federal. Não pode. Tem que ser, também, dos governos estaduais e municipais.

É um atraso ser contra a municipalização. É um atraso pessoas que pensam que são progressistas quererem que tudo seja resolvido pelo Presidente da República, pelo Governo Federal. Isso é autoritarismo, não é progressismo. Em todos os níveis, portanto, nós estamos assistindo a uma mudança, uma modificação na concepção, mesmo, da gestão da coisa pública. Mais ainda, e aqui foi dito: boa parte das medidas atinentes aos transportes dependem da cooperação do Legislativo. Muitas das medidas já foram propostas. E, também, não é preciso esperar que seja o Governo Federal, o Presidente da República que extraia a fórceps do Congresso as decisões. Cabe ao Congresso tomar essas decisões.

O Código de Trânsito o Senado já aprovou. Foi uma luta. Está na Câmara. A Câmara aprova. Então, que façam pressão nos vários níveis; que cada um dos níveis assuma a responsabilidade própria, porque sem a cooperação do Congresso essas leis não vão avançar.

Então, nós precisamos da cooperação, também, muito ativa do Congresso Nacional, para que efetivamente se possa levar adiante esse conjunto de transformações. Ao dizer isso, não estou me furtando à responsabilidade que é própria do Governo Federal e que foi referida aqui. O Governo Federal não pode se ausentar da discussão pelo fato de que, efetivamente, o transporte, sobretudo o urbano, coletivo, é um transporte que vai ser decidido no âmbito municipal. Mas nós sabemos, também, que não é possível resolver isso sem que haja uma coordenação de política. Daí o fórum, daí a necessidade de o Ministro dos Transportes, como ele reafirmou, estar ativo e numa série de programas que dizem respeito à melhoria da condição concreta de transporte da população, de segurança da população no transporte. Portanto, uma parte da responsabilidade é, realmente, do Governo Federal. E há uma outra,

talvez a mais agradável quando se resolve a mais penosa, quando se desembolsa, que é o financiamento.

Os metrô das grandes cidades, que são fundamentais para que possa haver mais força no transporte coletivo, são financiados pelo Governo Federal. E o Governo Federal está tentando retomar, desde quando cheguei à Presidência da República, todas as obras de metrô que estavam paradas. Todas. Hoje, a de Brasília foi retomada, graças ao Governo Federal, graças ao BNDES, que fez o aporte necessário para que funcione. Lá em Pernambuco, em Recife, a maior obra já havida em Recife, iniciada pela área federal, foi retomada agora: é o metrô de Recife, que tem uma extensão imensa. E, provavelmente nem todos os brasileiros sabem que o metrô de São Paulo foi retomado, o metrô de Belo Horizonte foi retomado, o metrô do Rio de Janeiro foi retomado. E é bom que o País saiba que nós temos um programa que tem como eixo a questão da facilitação do transporte coletivo.

Evidentemente, não nos cabem as decisões específicas. O Prefeito de Santos vai resolver como transformar Santos em uma cidade onde os canais vão ser usados para transporte. Enfim, em cada área específica, cada prefeito vai ter que tomar as suas decisões. Mas, no impulso da grande transformação a que essas megalópoles nos obrigam, é claro que é preciso haver uma cooperação responsável do Governo Federal.

Enfim, acho que a lição que eu ouvi será bem aprendida. Eu, quando estudava, era bom aluno. Espero que, como Presidente, continue podendo aprender com certa rapidez os conselhos que me dão.

Agradeço a presença de todos, muito especialmente do Governador, em exercício, de Santa Catarina, que não mencionei no início da minha exposição.

Quero lhes dizer que trabalhos dessa natureza são muito importantes para refazermos a condição de vida nas nossas cidades, para que elas sejam mais humanas. Uma das questões que mais atormentam o cotidiano do brasileiro, da brasileira, do trabalhador, do empregado é o transporte.

Na cidade de São Paulo, cidade onde resido, a questão do transporte é dramática do ponto de vista do tempo que se leva em deslocamento.

Antigamente era nas classes populares. Eu mesmo tenho estudo sobre isto, o gasto de tempo no transporte. Hoje, congestionou de tal maneira com o abuso do transporte individual que atingiu a todos, popular ou não popular. O deslocamento é muito difícil, mesmo para aqueles que têm motocicleta – e eu não gosto de tê-las. É muito difícil o transporte nessas grandes cidades.

Creio que isso tem a ver diretamente com o cotidiano do nosso povo.

Portanto, acredito que esses esforços que estão sendo feitos aqui e essa combinação com essas experiências positivas são um incentivo a mais para que continuemos a trabalhar – e, repito, trabalhar juntos pelo bem do Brasil.

Muito obrigado.